

CULTURA E TURISMO: A HOSPEDAGEM COMO DEFINIÇÃO DO LUGAR

Pedro Laurentino Pinheiro dos Santos¹

Resumo: O artigo observa, através de investigação teórica, a Hospedagem enquanto instrumento capaz de aprofundar a experiência do visitante em contato com a cultura local. A produção do Centro Histórico de Salvador como um espaço dedicado ao Turismo, de onde a população foi afastada para viabilizar um projeto econômico e as formas de Turismo dela decorrentes são avaliadas segundo a dinâmica do Não-Lugar. Em seguida, a Hospedagem e seus elementos são estudados em a fim de se encontrar os elementos capazes de transformar a percepção do turista e a sua ocorrência nos diversos tipos de meios de hospedagem e o comportamento dos turistas em face desse estímulo.

Palavras-chave: Cultura, Turismo, Não-Lugar

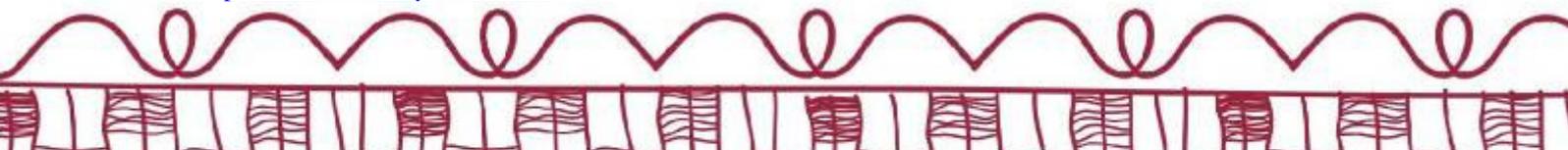
O Centro Histórico de Salvador é considerado, desde 1986, Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, tendo recebido desde então programas de recuperação e revitalização que instalaram ali um pólo turístico composto de espaços de eventos, bares, restaurantes, museus, equipamentos de hospedagens, lojas de souvenirs, dentre outros, todos instalados nos prédios que formam o Conjunto Histórico da cidade de Salvador.

O reconhecimento dos Centros Históricos de Salvador, Olinda e Ouro Preto, dentre outras cidades brasileiras, possibilitou a organização do Turismo motivado pelos fatores que justificaram essas ações, sobretudo quanto ao Patrimônio Material, mas também valorizando o folclore, a culinária, a literatura, as artes cênicas e demais aspectos do Patrimônio Cultural como um todo.

Gomes e Fernandes (1995) observam que o processo de transformação do Centro Histórico segundo a vocação turística da capital baiana se deu num processo contínuo desde a década de 60, quando a mudança do centro da cidade estava consolidada pelas transformações econômicas iniciadas com a descoberta do Petróleo e a modernização urbana que se seguiu a esse fenômeno se encontrava em plena execução.

As diversas fundações criadas para reger o Patrimônio Cultural, a busca, durante o período militar, de uma identidade nacional e uma imagem internacional positiva,

¹ Mestrando do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.
pedrolaurentino@yahoo.com.br



além dos planos e políticas federais, estaduais e municipais realizados entre as décadas de 70 e 90, demonstram que houve um esforço institucional para tornar realidade uma idéia de uso do espaço do Centro Histórico de Salvador para a indústria do turismo.

Em 1991, ocorreu o lançamento de um termo de Referência para a preservação histórica do Pelourinho, definindo como objetivos do Estado para a área a “reabilitação e restauração físicas da área tomando-se em consideração o seu potencial econômico para a cidade” e a promoção de “condições para preservação sustentável através do desenvolvimento de atividades econômicas” (IPAC, 1995). A partir de 1992, o Governo do Estado iniciou um grande projeto de recuperação do bairro, incluindo a renovação de sua infra-estrutura e a consolidação e adaptação de seus edifícios a funções turísticas.

Os problemas que surgiram a partir desta ação governamental já podiam ser observados em 1994, e foram discutidos no seminário “Pelourinho: o Peso da História e Tendências Recentes”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Naquela ocasião, Gomes e Fernandes (1995) já observavam que a permanência da pobreza e da marginalidade afugentava novos investidores e consumidores, reconhecido o fracasso das autoridades em solucionar os problemas sociais pré-existentes e agravados pela retirada da população local para instalação de um bairro comercial dedicado ao Turismo.

Vieira (2003) considera que houve um processo falho de *gentrificação*² daquela região à medida que a intervenção do Governo não resultou na valorização imobiliária e nem na ocupação dos imóveis, ao contrário, criou um sistema econômico dependente de investimentos estatais e manteve presente na região uma população marginalizada.

Um outro aspecto, porém, evidencia uma resposta mais estruturada da população local às intervenções do Estado: a adoção do Centro Histórico como marco cultural negro e a instalação naquela região de diversos movimentos culturais como os Filhos de Gandhi, o Olodum, o Ilê Ayê, os afoxés e ijexás, grupos percussivos e outros que, segundo Santos (1995), buscaram marcar na cultura de massas a cultura local, e na indústria cultural uma cultura popular.

O espaço aristocrático da cidade, suplantado pela modernidade, pela transformação das relações econômicas e pela modernização urbana, passou então a ser reclamado por uma população oprimida, faminta de voz e de participação, daquilo que Bauman (2002) define como uma “imagem digna de ser apresentada”.

² Gentrificação é o processo de enobrecimento de uma determinada área, pela reconstrução, renovação ou dotação de serviços, de maneira a atrair investimentos ou moradores.

Então, é nesse contexto que a hospedagem na região do Pelourinho tornou-se uma possibilidade para turistas e empresários, fazendo com que hotéis, pousadas, albergues e mesmo famílias abrissem suas portas para acolher o turista que chega a Salvador. Contudo, se Santos (1995), além de Gomes e Fernandes (1995) depositavam no turismo esperanças de ver vingar a reestruturação econômica e a afirmação da cultura local, Espinoza (2005) encontra naquela região aspectos suficientes para entender que os turistas circulam por um *não-lugar* na maneira como ele é descrito por Augé (2004): “espaços de consumo, circulação ou de comunicação...”, “...associados a um mundo individualizado, provisório, efêmero, e solitário...”, onde “...os indivíduos não interagem uns com os outros e sim com uma série de textos, símbolos, códigos...”.

Espinoza (2005) investiga a profundidade dessas características no núcleo Histórico da Cidade de Salvador e observa que pedintes, trabalhadores e prostitutas que passam ali a maior parte de seu tempo criam relações afetivas com o lugar, não pelo seu valor histórico, mas pelo pragmático uso cotidiano. O autor observa que trabalhadores e comerciantes, adotando um lugar específico segundo o uso que fazem, relacionam-se com aquele espaço com um sentido de posse, enquanto moradores e membros de grupos culturais e de irmandades religiosas assumem a identificação de um valor cultural presente naquele espaço, enquanto relações efêmeras caracterizam a presença dos turistas.

Para Espinoza (2005), os turistas encontram o lugar dominado pelo seu uso de mercado, pois ao visitar as igrejas, o fazem mediante pagamento, em horário alternado ao das celebrações religiosas, com o espaço despido de sua significação. O mesmo se dá em imóveis históricos adaptados para o funcionamento de museus, fundações, hotéis e restaurantes. Esses usos não são compartilhados pelos moradores, que aparecem nas igrejas nos restritos horários de oração, caminham por ruas secundárias e portas que não fazem parte dos roteiros dos guias.

Santos (2007), entretanto, relata a experiência das famílias da Rua Direita do Santo Antônio Além do Carmo na oferta de quartos para turistas e as interações derivadas desse contato menos institucionalizado. Nesse contexto, os turistas compartilham refeições, conversam e têm a companhia dos moradores para frequentar espaços da cidade não repertoriados pelos roteiros e guias turísticos.

Do relato destes autores, percebe-se a importância da Hospedagem como transformadora da experiência do turista e agente de definição do lugar, sobretudo quando o Patrimônio Cultural da Humanidade passa a ser um espaço híbrido, um

repertório de signos insuficiente tanto para a população local quanto para o turista, além de um recurso econômico inviável.

A hospedagem no Centro Histórico de Salvador surge então como variável para a definição de uma imagem aprofundada, referenciada por experiências verídicas e pela interação com a cultura local, de maneira a configurar para o visitante a existência de um Lugar.

Pode a hospedagem ser determinante para esse acontecimento? A hotelaria terá o poder de interferir na percepção do Turista? O planejamento do Turismo pelo poder público é capaz de realizar essa função? Pode o Turista perceber um Lugar em sua viagem? Essas perguntas conduzem a uma discussão fundamentada, a uma observação empírica confrontada com uma teoria multidisciplinar advinda da Antropologia, da Arquitetura, da Sociologia, do Turismo e da Economia.

Nessa discussão, podem ser consideradas variáveis como a análise dos recursos empregados na hospedagem para caracterização de regionalidade, de fruição e de comportamento; a ação propositiva para a percepção e a fruição da cultura por parte dos organismos oficiais e agentes privados; e o comportamento do turista em face desses estímulos.

Esta análise encontra justificativa em pólos distintos da observação do fenômeno do Turismo. O primeiro deles é social, humanista, e cultural: a existência e a persistência de uma imagem construída socialmente e o seu entendimento no campo acadêmico, ou seja, a análise da apropriação de um sentido do Centro Histórico de Salvador pela sua população e a transmissão desse sentido aos visitantes, enquanto o segundo é econômico, baseado no desenvolvimento do Turismo e no incremento da participação da comunidade receptora nesse processo, não apenas na realização atividades econômicas residuais, mas na estruturação de relações mais marcantes entre o visitante e a cultura local.

O aspecto cultural da hospedagem é central para o entendimento do turismo numa era em que as imagens e informações circulam mais rápido que as pessoas. A percepção de vestuário, alimentação, cortesia, pontualidade, dentre outros fatores, contribui para abandonar o estereótipo da hospitalidade para abraçar o conhecimento empírico sobre o comportamento do turista e do receptor e as implicações dessa dinâmica na troca simbólica que daí decorre.

Perceber os elementos da hospedagem que contribuem para a vivência do lugar em oposição à visitação do não-lugar pode ajudar a sociedade a planejar melhor a forma

com que o Turismo será concebido, bem como a atuar junto às autoridades para intervir ou requisitar a representação dos interesses da comunidade no processo de definição de usos e políticas para o Centro Histórico.

A defesa da “vocação turística” no discurso oficial abre espaço para intervenções econômicas e sociais das quais a população é excluída ou alcança em pequena escala, dentro de atividades previstas pela Administração Pública. Com a evidência de que a sua participação na atividade turística reúne características para melhor qualificá-la, direta ou indiretamente, a população local ganha poder para requisitar sua permanência no local e a revisão das Políticas Públicas adotadas no passado.

O Turismo tornou-se um importante vetor de desenvolvimento em todo o mundo, posicionando-se entre as principais atividades econômicas mundiais ao lado da exploração de Petróleo e da indústria automobilística, sendo o Turismo aquela que mais emprega, representando uma via de grande importância para o desenvolvimento de diversos países (OMT, 2007).

A atividade turística intensifica-se, sobretudo, pelo desenvolvimento dos transportes, o que inicialmente possibilitou aos viajantes ingleses trocar os barcos a vapor e os trens por vôos *charter* assim que os aviões de grande porte foram inventados e permitiram que os pequenos aviões fossem alugados a baixo preço, transformação essa que os transportou ao continente europeu, ao Mediterrâneo e logo à Flórida e à Califórnia e que hoje permite voar numa companhia *low-cost* por menos dinheiro do que se gastaria de carro em diversos trajetos pela Europa e Estados Unidos (SWINGLEHURST, 2001).

Outra grande transformação ocorrida no século XX foi a modificação da dinâmica de trabalho, aumentando o tempo livre e mesmo a quantidade de deslocamentos a trabalho, gerando uma quantidade de ócio inexistente até a consolidação da segunda Revolução Industrial, bem como o desenvolvimento das comunicações e do fluxo de informações através do mundo, encurtando não apenas distâncias físicas mas aquelas que retinham as notícias e as imagens nas travessias oceânicas e nos correios do mundo.

A Organização Mundial de Turismo - OMT (OMT, 2007) estima que haverá cerca de 1,6 bilhões de chegadas anuais de turistas em 2020. O número em 2007 foi de 898 milhões, superior àquele de 2006 em 57 milhões, um crescimento de 6% ao ano. Tais números atestam um mercado mundial de crescimentos firmes e constantes, justificando a relevância da indústria do Turismo no plano mundial.

O desenvolvimento do Turismo leva à sua especialização, dividindo-se para atender diferentes segmentos de mercado segundo os destinos e os diferentes recursos de cada parte do globo, bem como das diferentes tipologias e motivações de cada indivíduo. Nesse âmbito, destacam-se as formas de viagens capazes de diminuir o impacto causado pelas viagens tanto no plano ecológico quanto no social, sugerindo um menor consumo de recursos naturais não-renováveis e uma interação menos invasiva com as comunidades nativas.

A Cultura destaca-se então como algo possível de ser consumido no capitalismo num processo de mercadorização das culturas e de culturalização das mercadorias (QUEIROZ, 2008). A globalização e o desenvolvimento dos transportes e do Turismo atuam em conjunto para ampliar a importância da Cultura e suas mais diversas manifestações, processo esse que não escapa ao ciclo econômico, valorizando as ações que “culturalizam” os negócios.

Definindo Cultura como o conjunto de regras, práticas e representações que permitem ao indivíduo e ao grupo humano ter referência sobre as suas identidades e a sua diversidade, Queiroz (2008) explica como a Cultura participa na formação de destinos turísticos de exceção, tornando-os um produto único e por isso valorizado mercadologicamente.

As experiências voltadas para o Turismo Cultural buscam privilegiar a sustentabilidade da atividade turística ao fazer com que as comunidades participem de maneira integrada, “quando antes poderiam somente observar o fluxo dos turistas” (SANTOS, 2007). Dentre essas formas, as baseadas na Interpretação do Patrimônio Cultural propõem um contato direto com as significações históricas do lugar, promovido através de imagens construídas pela população local. A interpretação do Patrimônio é “o processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio da provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais”. Esse movimento, baseado na participação da comunidade para o estímulo de conhecimentos e recursos, busca também o destaque à pluralidade e à diversidade cultural, fomentando a aceitação e a tolerância como valores democráticos (DOBERSTEIN, 2000).

Barretto (2000) sustenta que a busca pelo aspecto cultural do Turismo traduz-se no ambiente urbano na forma do andarilho que deambula pelas grandes cidades observando testemunhos da *petite histoire*, a história dos componentes sociais e do cotidiano urbano. Já Swarbrooke (2000) mostra preocupação em relação à

sustentabilidade do Turismo Cultural face ao que se apresenta na massificação da Cultura na televisão, nas artes e no cinema. Segundo o autor, entre as dimensões não-sustentáveis do Turismo Cultural estão a superutilização dos sítios culturais, a falta de controle local, a trivialização da autenticidade, a fossilização de culturas e a omissão dos problemas sociais de uma comunidade.

As críticas do autor demonstram que é preciso pensar o Turismo Cultural de uma maneira completa, sem pretensões de anular a reverberação do contato social entre visitantes e hóspedes, mas agindo de forma a construir uma interação positiva, possibilitando a ambos construir limites e caminhos para o convívio.

O Turismo se destaca com o valor da experiência vivenciada, enriquecida pela importância do contato cultural e das trocas estabelecidas. No que diz respeito à realidade analisada, a ligação entre Cultura e Turismo é indissociável pelo caráter do território, física e historicamente, e pela necessidade de desenvolvimento social na região do Centro Histórico e na cidade de Salvador como um todo, traduzindo-se na oferta de um produto turístico melhor qualificado, capaz de integrar à atividade econômica um patrimônio rico e fragilizado e uma população empobrecida e marginalizada.

Um meio de hospedagem tem um referencial territorial exacerbado, pois, ainda que se priorize uma forma alternativa, *glamourosa* ou tradicional de oferta de pernoites acrescida de serviços, o local é sempre determinante da experiência final, do acesso, da busca do turista e da validação. Se um pão, um automóvel ou um computador pode ser produzido em qualquer localidade do globo, se os indianos podem se especializar em atender ligações de *delivery* dos americanos e prestar esse serviço como exportação para qualquer país de língua inglesa, a hospedagem no Centro Histórico da Salvador, como em qualquer parte, somente pode ser feita *in loco*.

A noção de territorialidade é especial para essa discussão, uma vez que associa o caráter extraordinário do produto hoteleiro a uma estratégia de exercício da identidade local, referenciando-a de forma a permitir que seja interpretada pelo hóspede de forma clara, ainda que este continue livre para associar as suas experiências à cultura como que se relaciona, tornando cada experiência um evento particular.

Sert (1995) reclama uma naturalidade saudável das interações ocorridas dentro de uma referência local, oposta à precariedade das interações do trânsito e do trabalho. “O lugar é o centro, o coração, são os pontos de convivência”, diz o autor. Essa noção é retomada por Jacobs (2000), para defender o planejamento das cidades pelo seu uso e

pela apropriação do cidadão, ao invés do projeto político verticalizado.

Tuan (1983, p. 3) acrescenta a esta discussão a noção de espaço por oposição ao lugar: “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. O Lugar, portanto, é uma construção marcante, um conjunto de referências capaz de deixar impressões, diferentemente do Não-Lugar. O Não-Lugar deriva do excesso de espaço, do mundo contido desde ambientes microscópicos à superfície da Lua, como explica Augé (2004), acrescentando ainda a superabundância de fatos e registros históricos e a superposição de identidades e imagens que o homem contemporâneo concentra.

Discutem ainda o conceito de Lugar e sua interação com o indivíduo, sua dependência de usos, propriedades e finalidades os autores Rossi (2001), Gregotti (2004), Zevi (1989) e Jencks (1985) além de Debord(1997) e Certeau (1994), que analisam as construções sociais que interferem mais diretamente na relação indivíduo-imagens, indivíduo-sociedade e indivíduo-realidade.

Para Augé (2004), multiplicam-se atualmente as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens, os meios de transporte e centros comerciais, todos exemplos de Não-Lugares, enquanto os espaços de reconhecimento, onde cada um reconhece a sua posição e a dos outros, onde pode ser visto algo de comum, compartilhado, tornam-se improváveis. Para o autor, o Não-Lugar é o espaço de afirmação de uma identidade despida de valores históricos e separada de uma imagem coletiva, uma identidade mais que pós-moderna, supermoderna.

Compondo Não-Lugares dentro de um lugar, os meios de hospedagem logram prevenir a imersão do turista na cultura que está sendo visitada, mantendo um contato superficial, economicamente viável, onde ocorrerá apenas o anunciado no contrato. Não resta espaço para comoções não anunciadas, para mutações imprevistas.

Existe, portanto, uma multiplicidade daquilo que pode ser considerada a experiência vivida pelo turista, não apenas em função da localidade escolhida, mas também segundo o tipo de hospedagem, a possibilidade de desfrutar, de integrar-se, de participar daquilo que é o objeto da sua visita, seja a sua viagem motivada pelos aspectos culturais, naturais ou econômicos.

Pode-se considerar, portanto, que o caráter territorial do turismo, a obrigatória presença física e o contato direto do turista, as possibilidades de mediação desse contato, são prerrogativas que fazem da Hospedagem uma variável relevante na definição de Lugar segundo Augé (2005).

Se, em destinos turísticos de típico isolamento como os resorts, o turista se dirige a um espaço definido, com normas de uso, valores a pagar, áreas de serviço e de visitação, decoração temática etc., enfim, um Não-Lugar, nos centros históricos das cidades há todo um conjunto de elementos sobre os quais o turista não tem prévio conhecimento.

Como mediadores culturais, os hotéis se definem pelo público a que se dirigem, as especificidades dos serviços adicionais oferecidos (convenções de negócios, restauração, festas com ou sem a participação de residentes ou turistas de outros hotéis, literatura ou televisão disponíveis em idioma local etc.) e pela abordagem do local em que estão inseridos.

Pelo seu status de lar temporário dos turistas, os hotéis estão em posição de controlar o acesso a manifestações culturais, a lugares ou indivíduos de maneira eficaz, caracterizando-os como inseguros, invasivos ou aproveitadores, por exemplo. Por outro lado, podem atuar como facilitadores e esclarecer os modos de interação, as origens históricas e culturais das manifestações populares, o modo mais aceito de aproximação e convivência com um determinado grupo.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 5. ed. Campinas: Papirus, 2005. 111 p.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. 2. ed. Campinas – SP: Papirus, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: 1 Artes de fazer**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DOBERSTEIN, Arnaldo. **Monumentos Públicos, Turismo e Pós-Modernidade**. In Turismo Urbano, ed. Antonio Carlos Castrogiovani. São Paulo: Contexto, 2000.
- ESPINOZA, José Carlos Huapaya. **Lugares e não-lugares no núcleo histórico da cidade do Salvador**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2007
- GOMES, M.A.A.F. e FERNANDES, Ana Maria. **Pelourinho, Turismo, Consumo e Identidade Cultural**, In: GOMES, M.A.A.F(org.). PELO Pelô: história, cultura e cidade . Salvador. BA.: EDUFBA: Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995. 155 p.

- GREGOTTI, Vittorio. **O Território da Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JENCKS, Charles. **Movimentos Modernos em Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- NOBRE, Eduardo A. C. . **Intervenções urbanas em Salvador: Turismo e gentrificação no processo de renovação urbana do Pelourinho** . In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Encruzilhadas do planejamento: repensando teorias e práticas: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte : ANPUR, 2003. p. 1-11.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Disponível em : <<http://www.world-tourism.org>> Acesso em: 20/05/2007.
- QUEIROZ, Mércia Maria Aquino De. **Turismo de Raízes na Bahia: Um estudo sobre a dinâmica do Turismo Étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho / Salvador e da Festa da Boa Morte / Cachoeira**. Dissertação (Mestrado) - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. UFBA, Salvador. 2008
- ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Milton. **Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea**. In: GOMES, M.A.A.F(org.). **PELO Pelô: história, cultura e cidade** . Salvador. BA.: EDUFBA: Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995. 155 p.
- SANTOS, Pedro Laurentino Pinheiro dos. **Turismo e Patrimônio Cultural: Análise da Oferta de Hospitalidade Doméstica no Santo Antônio Além do Carmo**. Monografia (Graduação) - Curso de Administração, CEFET-BA, Salvador. 2007.
- SERT, José Luis. **El corazón de La ciudad: por una vida más humana de La comunidad**. Barcelona, 1955. *Apud* ESPINOZA, José Carlos Huapaya. Lugares e não-lugares no núcleo histórico da cidade do Salvador. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2007
- SWARBROOKE, John. **Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética**. Trad. por Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2000. Título Orig. Sustained Tourism Management. 135 p.
- SWINGLEHURST Edmund. **Contato direto: os efeitos do turismo nas sociedades do passado e nas atuais**. In Turismo Global. Org. WILLIAM F. Theobald. São Paulo: Senac, 2001
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a Perspectiva da Experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540s.pdf>>. Acesso em 28/06/2007
- VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: EDUPE, 2008. 393 p.

ZEVI, Bruno. **Saber Ver a Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.